

PRESSÃO NO REITOR

Consu discute proposta do Cruesp de 10,51% de reajuste

A Data-base não acabou! Vamos pressionar o reitor a negociar a nossa pauta interna

Nesta terça-feira (30) o Consu (Conselho Universitário) vai deliberar sobre o reajuste salarial de 10,51%, a partir de maio/23, proposto pelo Cruesp ao Fórum das Seis.

Caso aprovado pelos conselheiros é provável que o reajuste seja pago na próxima folha de pagamento, em junho.

Nossa Assembleia Geral, realizada quarta-feira (24), reconheceu esse índice como um avanço na nossa luta, mas o considerou insuficiente para repor as nossas perdas, que já acumulam 26%.

Por reconhecer esse avanço da mesa de negociação, a categoria optou por não inviabilizar o consenso no Fórum das Seis e continuar lutando pelo andamento das negociações.

Mesmo com o reajuste aprovado pelas entidades que compõem o Fórum, a campanha salarial não acabou!

Vamos fazer valer as nossas reivindicações!

Sabemos que a Unicamp tem muito dinheiro em caixa por conta do arrocho salarial que sofremos desde maio/2012. Por isso, a nossa indignação em relação à falta de compromisso do reitor com a valorização financeira dos/as trabalhadores/as só cresce.

Enquanto a USP concedeu um abono

salarial, em abril e maio, no valor de R\$ 5 mil para os/as trabalhadores/as, o reitor daqui continua inerte, guardando o dinheiro que é fruto do nosso trabalho árduo.

Garantido o reajuste, vamos continuar reivindicando a isonomia com a USP, pois a nossa assembleia indicou manter a mobilização pela Pauta Específica cobrando do reitor a abertura imediata da negociação com o STU.

É um absurdo ver que Tom Zé continua se recusando a negociar com o sindicato por falta de vontade política, mesmo com a universidade tendo verba. Por conta dessa intransigência, precisamos ampliar o nosso movimento para arrancar avanços na nossa pauta interna.

A assembleia indicou à diretoria do STU insistir na negociação da nossa pauta cobrando o pagamento de auxílio saúde de R\$ 165 a R\$ 900 para titulares e dependentes (ativos/as e aposenta-



Assembleia indicou manter a negociação salarial entre Cruesp e Fórum

dos/as), elevação do piso médio para R\$ 4.923,45 e superior para R\$ 9.257,99, diminuição do desconto no vale refeição para R\$ 1 e extensão deste benefício para os/as aposentados/as.

Também exigimos o pagamento de um abono de R\$ 5 mil, em abril e maio, para todos/as os/as servidores/as ativos/as e aposentados/as. E vamos manter a pressão em cima do reitor pela revogação da implantação do Ponto Eletrônico.

Vamos lutar por nossos direitos e mostrar ao Tom Zé que não aceitamos mais sermos negligenciados. Basta desse desrespeito!

SEMINÁRIO IAMSPE

I Seminário Iamspe de Campinas será dia 06/06, 14h, na Câmara de Vereadores

Dia 06/06, das 14h às 17h30, vai acontecer o **I Seminário da Comissão Consultiva Mista (CCM)** do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe).

Será na Câmara Municipal de Campinas, localizada à Av. Engenheiro Roberto Mange, 66, Ponte Preta.

O STU e demais entidades representativas do funcionalismo público paulista participarão com objetivo de colaborar com as pautas que

serão debatidas. Entre elas, o aumento das alíquotas sem melhoria na qualidade dos serviços prestados; os médicos, clínicas e laboratórios, e a luta por um conselho de administração paritário, com transparência e de qualidade.

O encontro será transmitido ao vivo pela TV Câmara Campinas, em sinal digital 11.3, pelo canal 4 da NET Campinas e 0 da Vivo Fibra. E será retransmitido pelas páginas da Câmara Municipal e da TV Câmara no Facebook,

e pelo canal da TV Câmara no YouTube.

O Iamspe é um sistema de saúde que atende milhares de funcionários/as públicos/as em São Paulo.

A lei 17.293/2020 mudou a cobrança das alíquotas, que passaram a ser por idade, tanto para os/as servidores/as públicos/as (2% para menores de 59 anos e 3% para maiores), quanto para beneficiários/as e agregados/as, cobradas entre 0,5% e 3%.

A sua participação é muito importante!

LUTA ANTIRRACISTA

Assembleia aprova moção de repúdio aos episódios de racismo com o jogador Vini Junior

A Assembleia Geral dos/as trabalhadores/a da Unicamp aprovou por unanimidade, dia 24/05/2023, a Moção de Repúdio, conforme segue.

Somamo-nos a luta e ao repúdio aos ataques racistas ao jogador do Real Madrid da Espanha, Vinicius Junior.

Exigimos punição conforme a lei para todos os envolvidos no caso, que a lei seja aplicada a todos os racistas, e que esta conduta não se repita mais na prática dos desportos.

Que não ocorra manifestação alguma desta natureza ou de qualquer outra que humilhe o ser humano, o cidadão que está em pleno cumprimento de seu dever, ou em situações do cotidiano.

Que o clube adversário do Real Madrid, sofra as sanções prescritas na lei, e que a comissão de arbitragem seja punida pela omissão e/ou qualquer dolo eventual causado a pessoa do jogador, e que o mesmo venha ser indenizado pelos danos morais sofridos, haja visto que, os ataques têm sido recorrentes em sua vida, como o mesmo já mostrou em diversos

vídeos nas suas redes sociais.

No último ataque, expuseram um boneco com a camisa do jogador sendo enforcado em uma ponte de uma cidade da Espanha no caminho para um jogo de futebol da liga do citado país.

Até mesmo os jornais locais foram cúmplices da agressão sofrida, imputando ao Vinicius Junior uma suposta "provocação da torcida adversária" como se tais questões se iguallassem com a forma brutal e sem limites com a qual o mesmo foi agredido.

É de se pasmar, que há tempos atrás um empresário de futebol espanhol declarou em rede nacional que o jogador deveria para com "macaquices" na hora de comemorar os seus gols.

O presidente da liga espanhola, Javier Tebas, apoiador do partido fascista da Espanha "Vox", quis jogar toda a responsabilidade das ocorrências de racismo sofrida pelo jogador, sobre ele mesmo e minimizar a onda racista que vem ocorrendo na liga espanhola. Basta!

É necessário firmeza na punição



destes crimes, a começar pela demissão do presidente da Liga espanhola "La Liga" prisão dos racistas envolvidos no ataque ao jogador e expulsão dos "árbitros", pela omissão diante dos fatos ocorridos em campo.

SOLIDARIEDADE IMENSA AO JOGADOR VINICIUS JUNIOR! PUNIÇÃO AOS RACISTAS!

Assembleia Geral do STU - 24/05/23

Câmara aprova texto-base do novo Marco fiscal

Mais uma vez o governo tenta tapar o sol com a peneira, e quem pode sair prejudicados são os servidores públicos.

A Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do Projeto de Lei Complementar que implementa novas regras fiscais para as despesas da União, mais conhecida como Arcabouço Fiscal.

A medida vai substituir o atual teto de gastos, criado no governo de Michel Temer.

A proposta foi discutida e alertada pela Fasubra, em seu congresso, o Confasubra, pois o texto prevê limitações e congelamento para investimentos públicos, em especial, reajustes aos servidores públicos e novos concursos, caso o governo não consiga cumprir as regras fiscais.

O que muda?

As regras gerais do novo Marco Fiscal determinam que o limite permitido para os gastos do governo a cada ano será sempre reajustado pela inflação do ano anterior, como era o teto de gastos

anterior, mais um aumento real que não deve ser menor do que 0,6%, nem maior do que 2,5%.

Dentro dessa expectativa, as despesas deverão crescer o equivalente a 70% do aumento real da arrecadação do ano anterior.

Gatilhos

O relator do projeto, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), incluiu gatilhos para obrigar o corte e a contenção de gastos no caso de descumprimento da meta fiscal.

O projeto estabelece a adoção, no ano seguinte ao descumprimento, de medidas automáticas de controle de despesas obrigatórias, como a não concessão de aumento real de despesas obrigatórias e a suspensão de novos cargos públicos e da concessão de benefícios acima da inflação.

A proposta do arcabouço fiscal foi enviada em abril pelo governo federal ao Congresso Nacional e aprovada dia 23/05.

DIRETORIA DA FASUBRA

Elegemos dois companheiros da Unicamp para a nova gestão

No Boletim do STU, nº 14/2022 de 24/05, faltou dizer que no XXIV Congresso da Fasubra, de 17 a 21/05, além de elegermos a diretora do STU, Bianca Zupirolli (IB), para a Coordenação da Mulher Trabalhadora, conquistamos uma vaga para o companheiro João Daniel de Moura (FCM), na Coordenação das Estaduais e Municipais.

A nova gestão da diretoria da federação será para o triênio 2023/2026.

AUDITORIA FINANCEIRA

A diretoria do STU, reunida em 04/05, decidiu contratar auditoria financeira independente para analisar os fluxos financeiros e a prestação de contas da entidade de forma neutra.

A análise das contas será feita por profissionais que não fazem parte da entidade, com objetivo de dar mais credibilidade e lisura no uso dos recursos financeiros da entidade.

Assembleias de base avaliam reajuste de 10,51% como vitória e apontam para continuidade da campanha salarial no segundo semestre

*Negociação avançou para reposição parcial de perdas, mas ainda **faltam 14,23%** para recuperar poder aquisitivo de maio de 2012. Também é preciso debater a valorização dos níveis iniciais das carreiras e o restante da Pauta Unificada*

O retorno das assembleias de base realizadas pelas entidades que compõem o Fórum das Seis, com o intuito de avaliar a proposta negociada com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas – Cruesp em 18/5/2023, foi praticamente unânime em apontar como vitória o índice de 10,51%. Prevaleceu o entendimento de que havia a disposição dos reitores em limitar o índice da data-base deste ano a 7,58%, correspondente à inflação dos últimos 14 meses (de março/2022, quando houve o último reajuste, a abril/2023) e que a ação da(o)s representantes das entidades foi decisiva para reverter essa postura.

As assembleias também apontaram como fundamental a continuidade das negociações no segundo semestre, quando teremos mais dados sobre a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do qual derivam os recursos para as universidades. Uma primeira reunião com esse objetivo, entre as equipes técnicas do Fórum e do Cruesp, já ficou definida para setembro. Além da recomposição salarial, queremos discutir a valorização dos níveis iniciais das carreiras e os outros pontos da Pauta Unificada.

Em várias assembleias, foi destacada a necessidade de correção da planilha Cruesp, que mantém o lançamento indevido em “Pessoal e Reflexos”, na USP e na Unicamp, de benefícios como os vales alimentação e refeição (além do auxílio saúde, prêmio e gratificação no caso da USP), o que “incha” as folhas e tem impacto direto no comprometimento médio das três universidades.

Índice para voltar a maio 2012 é de 14,23%

Embora tenha avançado na recuperação parcial das perdas, o índice de 10,51% em maio/2023 não dá conta de recuperar o poder

Inflação mensal e acumulada, reajuste necessário para recuperar poder de compra de maio/2012 e massa salarial perdida desde maio/2012

	IPCA (maio/23) *	FIPE (maio/23) *	F6 ** (maio/23) *
Índice	0,61%	0,43%	0,53%
SR	87,78%	90,06%	87,54%
Reajuste	13,92%	11,04%	14,23%
Salários perdidos ***	18,1	14,8	18,6

* Supõe-se que os índices de maio/23 repitam os de abril/23, uma vez que ainda não temos os resultados finais de maio/23.

** O Fórum utiliza o ICV-Dieese até fev/2020 e INPC após esta data

SR: Poder aquisitivo do salário recebido no início de junho/23 em relação ao de maio/2012

*** A última linha mostra o número de salários que deixamos de receber desde 1/5/2012

de compra que os salários tinham em maio/2012.

O GT Verbas da Adusp – que conta com representantes das outras entidades do Fórum das Seis – atualizou o quadro de perdas. A tabela a seguir supõe que a inflação de maio/2023 seja igual à de abril/2023 (os números definitivos estarão disponíveis após o dia 10 de junho).

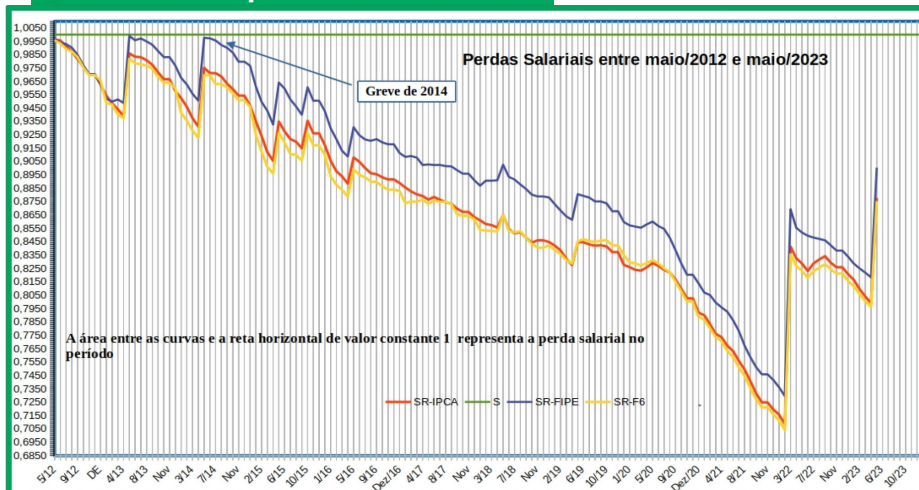
O ICMS, o golpe na arrecadação e a omissão do Cruesp

A queda na arrecadação do ICMS não é um raio em céu azul de brigadeiro. Ela foi provocada pela iniciativa do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2022, na tentativa de reverter a derrota eleitoral que se avizinhava. Por meio de aprovação de leis no Congresso, foram reduzidas as alíquotas dos combustíveis, energia elétrica e comunicações. Ocorre que parte deste prejuízo foi devolvida pela União ao estado de São Paulo, mas o percentual das universidades não foi repassado. A estimativa do Fórum, que já questionou formalmente o governador Tarcísio de Freitas sobre isso, é que as universidades deixaram de receber cerca de R\$ 644 milhões entre agosto/2022 e janeiro/2023. Registre-se que os municípios estão recebendo a sua parte (25% do total do ICMS) com estas compensações.

Aqui cabem algu-



Gráfico das perdas desde 1º/5/2012



mas observações relevantes para situar o cenário das negociações no segundo semestre:

- Ao não cobrar o repasse das compensações às universidades, os reitores sinalizam com a opção de seguir descarregando sobre os trabalhadores e as trabalhadoras as eventuais reduções que venham a ocorrer na arrecadação do ICMS. É importante salientar que as ex-

pressivas reservas financeiras das universidades foram construídas com o arrocho salarial e a ausência de contratações nos últimos anos.

- A volta das alíquotas dos combustíveis aos patamares anteriores e o habitual comportamento favorável da economia no segundo semestre são fatores que permitem esperar que haja uma elevação na arrecadação do ICMS nos próximos meses.

Fórum das Seis defende emendas na LDO 2024: financiamento adequado às universidades e ao Ceeteps, volta da expressão 'no mínimo' e outras

O governo estadual enviou à Assembleia Legislativa (Alesp) o projeto de lei contendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024. Trata-se do PL 661/2023. É na LDO que são definidos os percentuais que cada setor público receberá no orçamento do ano seguinte, aí incluídas as universidades estaduais e o Centro Paula Souza (Ceeteps), responsável pelas escolas técnicas (ETEC) e faculdades de tecnologia (FATEC).

No PL 661, os artigos relativos às universidades preveem o repasse de 9,57% da quota-parte do estado no ICMS, sem que apareça a expressão “no mínimo”. Para o Ceeteps, não há dotação orçamentária fixa (cabe ao governador definir a cada ano o quanto deseja enviar ao órgão).

A exemplo do que faz todos os anos, o Fórum das Seis encaminhou aos deputados e às deputadas um conjunto de emendas, propondo mais recursos para as universidades e o Ceeteps. O prazo para emendas é 26/5 e a informação é que as propostas do Fórum foram apresentadas formalmente por vária(o)s parlamentares. Em breve, o Fórum as divulgará. Agora, caberá à Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Alesp avaliar as emendas e produzir um relatório final, a ser votado em plenário até o final de junho.

Fórum atua na Alesp

Na quinta-feira, 25/5, as entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se na Alesp. Além de avaliar o retorno das assembleias de base (*matéria inicial deste boletim*), os representantes conversaram com líderes de partido e assessores sobre as emendas. Esse trabalho deve prosseguir nas próximas semanas.

Um resumo das emendas propostas pelo Fórum

1) Aumento dos recursos para as universidades

Alteração do art. 5º com percentuais de, **NO MÍNIMO, 11,6%, 11%, 10,5%, 10% ou 9,57% do TOTAL DO PRODUTO** da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – Quota Parte do Estado, no mês de referência.

A prioridade deve ser dada à emenda com maior percentual. A inclusão da expressão '**NO MÍNIMO**' é fundamental.

2) Recursos para o Centro Paula Souza

INCLUSÃO DE ARTIGO que garanta 3,3% do total do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – Quota Parte do Estado, no mês de referência.

3) Insuficiência financeira

SUPRESSÃO DO § 2º DO ART. 5º para garantir paridade às/aos aposentadas/os e pensionistas.

Caso não consigamos a supressão, propor a inclusão do que segue ao art. 5º:

§ 8º - O pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores das universidades paulistas será garantido pelo Tesouro do Estado, assegurada a paridade com os servidores da ativa.

§ 9º - os recursos de que trata o § 8º do art.5 não poderão ser descontados do total do repasse do ICMS-QPE para as universidades.

Justificativa:

Os servidores aposentados e pensionistas das universidades precisam de garantia do Poder Executivo de que receberão suas aposentadorias e pensões, além dos reajustes dados aos servidores da ativa.

4) Garantia do repasse do ressarcimento do governo federal

INCLUSÃO DE ARTIGO que garanta o repasse de 9,57% às universidades do que o governo estadual está recebendo do governo federal como compensação das perdas advindas da queda de arrecadação do ICMS instituída pela LC192, LC194 e EC123 de 2022.

5) Garantia de financiamento público adequado

SUPRESSÃO DO § 7º DO ART. 5 – As universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza devem ser custeados exclusivamente com verba pública.



Algumas das reuniões e conversas da(o)s representantes do Fórum com parlamentares e assessora(e)s em 25/5, na Alesp